

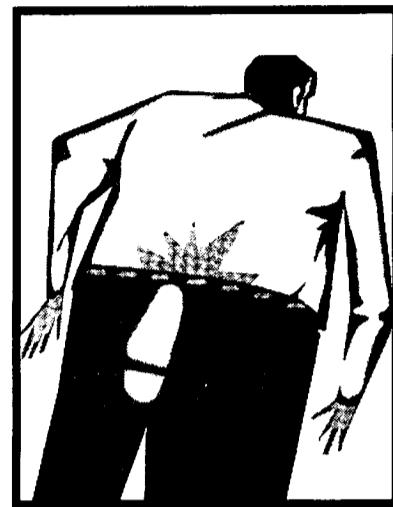
11 PERGUNTAS SOBRE O ACORDO COM O FMI

Liana Verdini
Da equipe do Correio

1. O que muda na vida dos brasileiros com o novo acordo negociado entre Brasil e Fundo Monetário Internacional (FMI)?

Todos os brasileiros serão atingidos pelo acordo com o FMI. Isso porque o Brasil terá de cumprir uma série de compromissos para receber o empréstimo de US\$ 41,5 bilhões do FMI, dinheiro necessário para o País enfrentar a crise econômica. Uma das metas assumidas é equilibrar as contas públicas e obter um superávit primário (receitas maiores do que as despesas, sem o pagamento dos juros) de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, o governo deve cortar gastos e aumentar a arrecadação. Para isso, já suspendeu investimentos em projetos e obras, elevou a contribuição dos servidores para a Previdência, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Além disso, na tentativa de evitar a volta da inflação e segurar o aumento do dólar, o governo aumentou os juros, freando o ritmo de crescimento da economia. Com isso, o consumo cai, as empresas reduzem a produção e demitem empregados, afetando toda a economia.

o dinheiro da poupança ou de outra aplicação financeira para quitar a dívida, porque a remuneração de nenhum investimento é equivalente aos juros cobrados no mercado.



3. Corro o risco de perder meu emprego?

O acordo com o FMI prevê uma queda de 3,5% a 4% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. Isso significa que a produção das empresas será inferior à do ano passado e muitas devem demitir parte dos empregados. Os especialistas dizem que a recessão será maior no primeiro semestre e a taxa de desemprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode bater o recorde histórico de 13%, ou seja, a cada grupo de cem pessoas em condições e idade de trabalhar, 13 não terão trabalho. Em janeiro deste ano, a taxa de desemprego do IBGE foi de 7,65%. O governo acredita, no entanto, que as empresas vão voltar a contratar a partir de junho ou julho, quando a atividade econômica deverá retomar o crescimento.

4. Os preços vão aumentar?

A expectativa de economistas e do próprio governo é de que os preços continuem subindo nos próximos meses, porque as empresas estão repassando os custos da desvalorização do real para os produtos, embora os comerciantes tenham prometido resistir aos aumentos injustificados. O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, deve atingir 16,8% neste ano. Em fevereiro, IGP-M (do Mercado), outro índice de inflação medido pela FGV, subiu para 3,61%. Na pesquisa de março, cuja prévia foi divulgada ontem, os técnicos registraram um aumento de 9,51% no leite longa vida, de 8% no pão francês, e de 7% no café em pó. Nos primeiros 15 dias deste mês, a inflação medida pelo IGP-M ficou em 1,93%. No mesmo período de fevereiro, a taxa foi de 0,74%. Mas, os institutos de pesquisa estimam que os preços vão recuar no segundo semestre. A meta de inflação fixada no acordo com o FMI

é de 16,8% neste ano, de 6,5% em 2000 e de 5,2% em 2001.

5. Como vão ficar os salários? Também vão aumentar junto com a inflação?

O governo teme que a volta da correção automática dos salários pelos índices de inflação provoque novos aumentos de preços. Isso porque os empresários repassam para o consumidor o custo mais alto provocado pelo aumento dos salários. Por isso, o governo rejeita com tanta veemência qualquer tentativa de reindexação da economia. Mas o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Wagner Pimenta, prevê que, se os índices de inflação chegarem a 16,8% como foi estimado no acordo feito com o FMI, os tribunais regionais do trabalho podem receber uma série de ações pedindo a reposição das perdas salariais dos trabalhadores. Ele acredita que os tribunais vão conceder os reajustes, principalmente como uma reação aos ataques feitos por parlamentares defendendo o fim da Justiça do Trabalho.



6. Como vão ficar os preços dos combustíveis, das tarifas de luz e de telefone?

Tudo indica que as tarifas de serviços vão subir. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, assegurou que o governo não vai usar as tarifas públicas para controlar a inflação. "Se for necessário aumentar as tarifas em função de aumento de custo provocado pela desvalorização do real, faremos, como aconteceu no caso do petróleo", disse ele. O governo anunciou na semana passada que a partir de amanhã os combustíveis estarão 11% mais caros nas distribuidoras. Para o consumidor, o aumento médio de gasolina e gás de cozinha deve ser de 6,5%. As tarifas de telefonia só serão reajustadas a partir do mês de junho, informou ontem o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro. Os índices ainda não estão definidos. O reajuste nas contas de luz deve ser decidido no próximo dia 25,

quando haverá uma reunião entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), representantes das distribuidoras e da Eletrobrás.

7. É verdade que o acordo com o Fundo vai provocar uma recessão ainda maior neste ano?

Sim. Os juros altos estão levando muitas empresas a reverem seus planos de investimento desde o segundo semestre do ano passado. A disparada do dólar também pesa na decisão das companhias de fazer dívidas no exterior para tocar seus planos de expansão no Brasil. Além disso, os consumidores estão retraídos por causa da insegurança com relação à manutenção do emprego, que impedem compras a prazo, um dos principais mecanismos de aquecimento da economia. Também, a decisão do governo de cortar vários investimentos previstos para este ano está impedindo um desempenho melhor de alguns setores da economia que empregam muita mão-de-obra, como, por exemplo, a construção civil. Tudo isso junto tem provocado uma forte retração da produção. Mas os técnicos da área econômica esperam que esse cenário melhore no segundo semestre, quando as taxas de juros devem estar mais baixas, beneficiando os consumidores e facilitando a retomada dos investimentos pelas empresas.

Produto Interno Bruto, o governo precisa de um resultado R\$ 5,45 bilhões melhor do que o prometido anteriormente. Várias medidas já foram anunciadas, como o corte dos adicionais dos servidores públicos, a volta da cobrança do PIS e da Cofins dos produtos exportados e a mudança na sistemática de cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que tornou os empréstimos de curto prazo mais caros. Medidas adicionais estão prometidas no texto do acordo com o Fundo. É o caso, por exemplo, do aumento da contribuição previdenciária cobrada dos militares e do corte nos investimentos das empresas estatais.



10. Como será o corte nas empresas estatais?

A contribuição extra será dada apenas pelas estatais federais, esclareceu o secretário de Política Econômica. A nova tesourada no Orçamento dessas empresas deverá ser de R\$ 900 milhões. O governo ainda não detalhou quais serão as empresas atingidas pela decisão da área econômica. Mas é provável que os maiores cortes atinjam a Petrobras e a Eletrobrás, que são as empresas de maior receita.

11. O que acontecerá se o Congresso não aprovar a volta da CPMF e o aumento da contribuição previdenciária dos militares?

O FMI está condicionando a liberação da segunda parcela da ajuda global de US\$ 41,5 bilhões à aprovação da CPMF. Se a Câmara rejeitar o projeto do governo, um novo adendo terá de ser feito ao acordo, porque a União conta com esses recursos para cumprir a meta acordada com os técnicos do Fundo. Isso significa mais demora na liberação dos US\$ 9 bilhões previstos para entrarem nos cofres do governo em abril. Caso o aumento da contribuição dos militares não passe no Congresso, medidas adicionais serão tomadas pela área econômica para assegurar o superávit de 3,1% do PIB.

2. Os juros vão continuar altos?

Sim. O governo vai manter as taxas altas (hoje a Selic, que remunera os investidores em títulos públicos é de 45% ao ano) para tentar evitar a disparada dos preços e o repasse da desvalorização do real ao consumidor. Os técnicos da área econômica dizem que os juros cairão o mais rápido possível, mas evitam fixar um prazo para o início da queda. Por enquanto, as compras no crediário, os custos do cheque especial, dos empréstimos nos bancos e financeiras continuarão altos e variam, em média, de 9% a 15% ao mês. Especialistas dizem que esse não é o momento de se endividar ou de comprar a prazo. O conselho para os endividados é, se possível, retirar

